


Os valores atribuídos à Barraca de Euclides da Cunha pelo Sphan e possibilidades de ressignificação

Hugo Stefano Monteiro Dantas

Doutorando em Desenvolvimento Urbano – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),
Recife, Pernambuco


Bolsista – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

 <https://orcid.org/0000-0002-8714-7894>

E-mail: hugo.stefano@ufpe.br

Renata Campello Cabral

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco

 <https://orcid.org/0000-0001-6482-0233>

E-mail: renata.ccabral@ufpe.br

Resumo: A Barraca de Euclides da Cunha aparece em dois *loci* de atuação do Sphan: a proteção legal via tombamento, em 1939, e a Revista do Patrimônio, em artigo publicado em 1938. Os argumentos construídos para delimitar a importância patrimonial do objeto são indícios importantes da forma como ele foi visto, mas, sobretudo, do entendimento na época do que ele precisaria ter para conseguir enquadramento como patrimônio nacional. Fala, nesse sentido, dele mesmo, mas, também, das ideias que permeavam o Sphan no momento estudado. Documentos outros trazem indícios de valores contemporâneos ao tombamento e posteriores a ele, que permitem, hoje, a partir de novos paradigmas do campo da conservação, ressignificar o bem. Nesse processo de alargamento e soma de valores no tempo, chega-se à importância da barraca, mas também de sua redoma, como objetos que, conjuntamente, falam dos significados do bem hoje.

Palavras-chave: Sphan; Barraca; Euclides da Cunha; Processo de Tombamento; Revista do Sphan.

The values attributed to the Barraca de Euclides da Cunha by Sphan and possibilities of reinterpretation

Abstract: The “Barraca de Euclides da Cunha” appears in two loci of Sphan's action: legal protection via tombamento in 1939, and the Revista do Patrimônio, with article published in 1938. The arguments constructed to delimit the heritage importance of the object are important indications of how it was seen but, above all, from the understanding at the time of what it would need to be classified as a national heritage. In this sense, it speaks of itself, but, above all, of Sphan. Other documents bring evidence of contemporaneous values with the tombamento, and after it, that allow nowadays, based on new paradigms in the field of conservation, to give new meaning to the artefact. In this process of widening and adding values over time, the importance of the barraca is reached, but also of its dome, as objects that, together, speak of the meanings of the artefact nowadays.

Keywords: Sphan; Barraca; Euclides da Cunha; Legal Protection Process; Sphan's Magazine.

Texto recebido em: 11/03/2021**Texto aprovado em: 19/10/2021**

Introdução

A chamada Barraca de Euclides da Cunha, localizada na cidade de São José do Rio Pardo – SP (Imagem 1), é um dos poucos bens imóveis a figurar em dois *loci* de atuação diferentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) em seus trinta primeiros anos: i) a Revista do Serviço do Patrimônio Artístico e Nacional e ii) a salvaguarda legal via tombamento. A Barraca dá nome ao artigo “A Barraquinha de Euclides da Cunha”, presente no segundo número da Revista, escrito por Venâncio Filho, historiador conhecido como o “primeiro euclidiano”, considerado como o pedestal para a glória da obra de Euclides da Cunha (COSTA, 2002, p. 53). A Barraca também foi objeto do processo de tombamento nº 189 – T – 39. A inscrição do artefato em dois *loci* de atuação diferentes do Sphan o situa como um monumento histórico, no sentido posto por Choay (2011). Como tal, a Barraca se refere “a uma construção intelectual, com um valor abstrato de saber” (CHOAY, 2011, p. 19). Dito de outra maneira, a Barraca não foi construída como um monumento intencional, mas é transformada em monumento histórico a partir de valorações no tempo, como as identificadas nos dois documentos analisados.

O caso aqui discutido tem como objetivo - a partir da leitura e problematização de como a Barraca é tratada no artigo e no processo de tombamento, assim como é percebida e usada no tempo - tensionar questões em pauta hoje, como a indissociabilidade entre materialidade e imaterialidade na perspectiva de uma teoria da conservação centrada nos valores (MASON, 2002).

Para alcançar tal objetivo, o processo de tombamento e o artigo da Revista do Sphan são entendidos como verdadeiros monumentos históricos, seguindo a lógica proposta por Le Goff (1990). Em tal perspectiva, o documento é visto como produto da sociedade que o fabricou, “resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou sendo manipulado ainda que pelo silêncio” (LE GOFF, 1990, p. 545). Para além dos documentos, outras fontes deram subsídios para a identificação de práticas sociais ligadas ao bem em questão.



Fonte: VENÂNCIO FILHO (1938).

FIGURA 1

Barraquinha de Zinco onde Euclides da Cunha escreveu “Os Sertões”

A Barraca na Revista do Sphan

218

O artigo “A Barraquinha de Euclides da Cunha” é solicitado a Venâncio Filho pelo então diretor do Sphan, Rodrigo M. F. de Andrade, como posto pelo filho do autor (VENÂNCIO FILHO, 2009). Silva (2010), ao analisar a Revista do Sphan em seus trinta primeiros anos, mostra que Rodrigo M. F. de Andrade foi também aquele que organizou a Revista. Era seu o papel de convidar autores, editar textos, e promover a sua divulgação. Chuva (2009) mostra, ainda, que para a construção da publicação, foi criada uma verdadeira rede de colaboradores, composta por intelectuais de renome nacional. O convite para Venâncio Filho, embora não haja indício documental que embase a hipótese, pode ter acontecido devido ao papel desempenhado pelo historiador à frente do Grêmio Euclides da Cunha.

Embora tenha dado título ao artigo, a Barraca não se caracteriza como foco da investigação, uma vez que Venâncio Filho busca entender a ligação do engenheiro com a construção da ponte do Rio Pardo e a escrita do livro “Os Sertões” nos três anos em que Euclides da Cunha passara fiscalizando a obra (Imagem 2). Segundo o autor, enquanto acompanhava a construção, Euclides da Cunha

encontrou o local ideal para escrever o livro. Esse fato histórico, ainda de acordo com Venâncio Filho, transformaria a Barraca em uma verdadeira “geografia bibliográfica”, ou seja, um lugar marcado pela passagem de uma grande figura (VENÂNCIO FILHO, 1938, p. 241).



Fonte: VENÂNCIO FILHO (1938).

FIGURA 2

Peças da ponte de S. José do Rio Pardo, sobre uma delas vê-se, sentado, Euclides da Cunha

219

Apenas no fim do artigo Venâncio Filho refere-se mais diretamente à Barraca:

Ao lado da ponte, junto do aterro, debaixo de linda paineira, ha uma tosca barraquinha de táboas, coberta de zinco, de cerca de quatro metros quadrados; serviu de escritório ao engenheiro e nos raros intervalos da faina fatigante, ali escreveu e anotou um pouco d’“Os Sertões” (VENÂNCIO FILHO, 1938, p. 253).

O autor cita seus materiais constitutivos, sua dimensão em metragem quadrada aproximada e seu uso de escritório de Euclides da Cunha. Em seguida, Venâncio Filho passa então a narrar o processo de conservação do artefato, com a construção de uma herma de bronze e o ajardinamento do local (VENÂNCIO FILHO, 1938).

Venâncio Filho termina o artigo afirmando que “no acervo do patrimônio histórico e artístico do Brasil não haverá monumento que, na humildade da sua estrutura, represente tanta opulência de beleza espiritual como a barraquinha tosca de S. José do Rio Pardo” (VENÂNCIO FILHO, 1938, p. 254). É interessante a

ideia de uma “beleza” que é de ordem “espiritual” na fala de Venâncio Filho. Estaria ele trazendo para a sua narrativa um termo ligado ao imaginário do que era o Sphan, um protetor de belezas? Uma beleza, no caso, que transcenderia a dimensão da materialidade, tornando possível a incorporação de objeto tão humilde ao patrimônio nacional. É importante lembrar que o enfoque no valor artístico é característica marcante dos artigos publicados naquele momento na Revista¹.

O próprio entendimento de valor histórico naquele momento também parece atrelado à história da arte, quando se lê artigo da historiadora da arte Hanna Levy. Nos primeiros anos de funcionamento do Sphan, Levy foi contratada para dar uma série de cursos acerca dos valores histórico e artístico para os técnicos do órgão. Tais cursos resultaram em artigo publicado no nº 4 da Revista do SPHAN. Em tal artigo, Hannah Levy defende que o “valor histórico de uma obra de arte quer, portanto, dizer que esta obra foi causa ou efeito (ou as duas coisas ao mesmo tempo) no correr da história da arte” (LEVY, 1940, 186). A historiadora distingue, ainda, o valor histórico do valor documental. Toda obra de arte possuiria além do valor histórico (em relação à história da arte), um valor histórico em relação à história geral, como fonte, documento, mas, não necessariamente, este valor documental influenciara a história da arte nacional (LEVY, 1940). Assim, podemos entender que a definição de valor histórico trazida por Venâncio Filho, que não esteve ligado ao Sphan, nos moldes tratados por Hanna Levy, seria caracterizado como um valor documental, uma vez que a Barraca de Euclides da Cunha não possuiria valor histórico processualístico para a história da arte nacional.

Venâncio Filho indica, ainda, que, em 1928, o então prefeito da cidade, Dr. João Gabriel, constrói um abrigo – uma redoma de vidro – “que conserva até hoje o humilde casebre, onde se gerou muito do grande livro” (VENÂNCIO FILHO, 1938, p. 254). Vemos que tal narrativa não atenta também para os efeitos de mudança na percepção e ambiência do bem. A redoma parece vista como dispositivo conservacionista eficiente, a tornar a Barraca, com sua fragilidade material, mais longeva (Imagem 3). Seria como um museu que chega ao objeto, o tirando do circuito da vida original e que o ressignifica.

Euclides da Cunha, em 1908, apontava o valor afetivo que tinha em relação à Barraca em carta escrita para Francisco Escobar: “Que saudades do meu escritório de folhas de zinco e sarrafos, da margem do Rio Pardo! Creio que se persistir nesta agitação estéril [em São Paulo] não produzirei mais nada de duradouro”² (CUNHA, 1908. *In*: CUNHA, 1966, p. 688). Revelava uma narrativa que anos à frente Regina

Abreu (1998, p. 319) caracteriza como mitológica: “o poder especial da criação da cabana de zinco, longe da qual Euclides nada mais havia produzido de duradouro, de eterno”.



Fonte: VENÂNCIO FILHO (1938).

FIGURA 3

Redoma de vidro construída em 1928 dentro da qual se acha o ranchinho de zinco

221

Venâncio Filho faz menção também aos processos da construção do símbolo de “Meca do Euclidianismo” referente à cidade de São José do Rio Pardo, descrevendo, ainda, uma romaria que acontecera no dia 15 de agosto de 1925 na cidade, dia que seria consagrado a Euclides da Cunha, por ser a data do seu assassinato (VENÂNCIO FILHO, 1938). No entanto, todos esses acontecimentos são relatados por Venâncio Filho sem nenhuma conexão com a Barraca, ou, ainda, com sua “beleza espiritual”. Como veremos, os processos de construção da memória social³ referente à consagração de Euclides da Cunha estão intrinsecamente ligados também à Barraca.

A Barraca de Zinco, que havia sido construída especialmente a mando de Euclides da Cunha para a inspeção da construção da ponte (ABREU, 1998, p. 207), ou seja, possuía um caráter efêmero, foi também o local escolhido após o assassinato do engenheiro (15 de agosto de 1909), para o culto à sua memória na cidade de São José do Rio Pardo. Em um primeiro momento, em que os “amigos

euclidianos”, como o grupo era intitulado, buscavam manter viva a memória do engenheiro. Houve, assim, a limpeza da área ao redor da barraca que se encontrava em estado de abandono. Entre 1909 e 1912 o mesmo grupo busca reconstituir completamente o ambiente em que Euclides da Cunha escreveu “Os Sertões”: “Procurou-se resgatar o clima sagrado da criação, preservando cada detalhe do entorno. A velha paineira sob cuja sombra Euclides, em outros tempos, descansava, e que aos poucos morreu, foi substituída por outra, semelhante” (ABREU, 1998, p. 315).

Nesse contexto, a Barraca é também o local em que, a partir de 1912, no dia 15 de agosto, passam a ocorrer reuniões dos amigos euclidianos e romarias que com o passar dos anos ganham o apoio dos poderes municipais como também um cunho popular (MASCHIETTO, 2002, p. 76) (Imagem 4). É interessante notar que, apesar de mencionar as romarias em seu artigo, Venâncio Filho não as articula com a Barraca de Euclides da Cunha. Contudo, essa relação é estabelecida em artigo anterior. O autor visita a cidade de São José do Rio Pardo pela primeira vez em 1918, ano em que escreve para a Revista Grêmio Euclides da Cunha. Pela primeira vez menciona que a cidade de São José do Rio Pardo se tornara a “Mecca de Euclideanismo” (VENÂNCIO FILHO, 1918, p. 37) em que “a mais comovedora e a mais tocante entre todas as homenagens” seria a “conservação do ranchinho d'«Os Sertões», como o conhecem, ponto obrigado de passagem para photographos e artistas” (VENÂNCIO FILHO, 1918, p. 37). Porque Venâncio Filho, quando escreve anos depois sobre a mesma temática na Revista do Patrimônio, não articula o processo de construção do culto a Euclides da Cunha à Barraca, como o fez em 1918? Seria possível que o autor entendesse o seu artigo para a Revista do Patrimônio como um documento base para o tombamento e por isso buscasse concentrar-se apenas no fato histórico ligado à Barraca no momento primeiro, o momento original do fato ocorrido, aquele ainda comumente valorado no campo da conservação e restauro naquele momento⁴?

Além dos eventos ligados à Barraca, os euclidianos passam a buscar uma construção da glorificação do local. Venâncio Filho, no artigo de 1918, notifica que em 18 de maio daquele ano “no recanto deste ambiente euclydiano lindamente ajardinado acabam de inaugurar (...) uma herma de bronze, que sendo recordação e gratidão, da terra onde Euclides da Cunha preparou a primeira página de sua gloria fulgente” (VENÂNCIO FILHO, 1918, p. 37). Informação que o autor, ao

escrever para a Revista do Patrimônio, afirma que foi feitoria de Vicente de Carvalho, poeta amigo de Euclides da Cunha (VENÂNCIO FILHO, 1938).



Fonte: Museu Rio-Pardense. In: MASCHIETTO (2002).

FIGURA 4

Romaria cívica à redoma de zinco organizada pelo Grêmio Euclides da Cunha. Homens cerimoniosamente vestidos descobrem a cabeça diante da cabana

223

Em 1925 a Câmara de S. José do Rio Pardo, por meio de ofício de 18 de setembro, instituiu o dia 15 de agosto de 1909 - o do assassinato - como feriado municipal. Em artigo para a Revista do Grêmio Euclides da Cunha de 1928 lê-se que “a altitude da homenagem se desdobra na inauguração que hoje se vae fazer de um abrigo para a barraquinha d’Os Sertões” (GRÊMIO EUCLYDES DA CUNHA, 1928, p. 4). Assim, a paisagem “inalterada” da Barraca em que Euclides da Cunha escrevera seu livro dá lugar a uma paisagem de glorificação, com a inscrição de monumentos - esses, diferentemente da Barraca, intencionais - e de uma redoma em torno do artefato, immortalizando, assim, a memória de Euclides da Cunha no local. Segundo Regina Abreu: “A redoma de vidro seria, então, capaz de immortalizar a cabana que immortalizou o escritor que produziu a obra imortal, pois para que existem redomas, senão para proteger as relíquias ou as imagens dos santos e das divindades?” (ABREU, 1998, p. 319) (Imagem 5).



Fonte: Revista do Grêmio de Euclides da Cunha (1939).

FIGURA 5

Margem do Rio Pardo em que se vê, da esquerda para a direita, a placa de bronze em homenagem a Euclides da Cunha, a ponte metálica ao fundo e a redoma de vidro

Os eventos ligados à memória de Euclides da Cunha extrapolam o recorte municipal, chamando a atenção de diversos autores de todo o país⁵, inclusive aqueles ligados ao Sphan. Afonso Arinos de Melo Franco chega a comparar a Barraca de Euclides da Cunha com o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida – SP:

O grupo de fiéis de São José do Rio Pardo têm na guarda carinhosa da cabana onde foi escrito “Os Sertões” um privilégio de suma responsabilidade. A pequena guarita é mais que uma relíquia: é um templo. E o Estado de São Paulo deve se orgulhar de possuir, em seu território, as duas basílicas do Brasil: em Aparecida, à margem do Paraíba, a matriz de nossa fé religiosa, e em São José do Rio Pardo, à beira do Rio Pardo, a pequenina capela em que se cultua o símbolo mais representativo do pensamento nacional (FRANCO, 1940. *Apud*. MASCHIETTO, 2002, p. 47).

Assim, pode-se perceber que o movimento ao culto à memória de Euclides da Cunha ganha proporções nacionais, tendo apoio, ainda, de jornais como o Estado de S. Paulo. No entanto, no contexto nacional, o culto a Euclides da Cunha ganha outro sentido. De acordo com Regina Abreu: “cultuar Euclides da Cunha passou também a significar a difusão da crença num Brasil viável (...). Crença que implicava a condenação de outro Brasil (...) pouco representativo da ‘autêntica’

nacionalidade: o Brasil do litoral” (ABREU, 1998, p. 318). Nesse sentido, Euclides da Cunha era visto como um “mestiço genial”, que “ascende aos ‘mais altos níveis’ de abstração, teorização e compreensão dos fenômenos naturais e sociais” (ABREU, 1998, p. 318). Cultuar Euclides da Cunha, naquele momento, era sinônimo de cultuar um bom exemplo da miscigenação nos trópicos. Do verdadeiro nacional, daquele criado no interior do Estado de São Paulo. Assim, um culto, também, aos bandeirantes.

Interessante notar, ainda, que o Sphan, naquele momento, se voltava à arquitetura rural interiorana paulistana. Embora a Barraca de Euclides da Cunha não se assemelhe às tipologias rurais, é, também, sinônimo de uma valoração por viés histórico do Sphan para o patrimônio rural do interior. Na mesma edição em que é publicado o artigo sobre a Barraca, Mário de Andrade refletia que a valoração da arquitetura rural paulistana tinha “de ser histórico, e em vez de se preocupar muito com beleza, há de reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir” (ANDRADE, 1937, p. 119. Grifo nosso). Vemos, assim, como tanto Mário de Andrade, quanto Venâncio Filho, ao se voltarem para seus objetos de investigação que referenciam em seus textos, os caracterizam como “toscos”, e como a valoração da Barraca também se assemelhava à valoração da arquitetura rural paulista.

A valoração do momento histórico atrelado à Barraca desassocia, também, os demais eventos que ocorrem no local. Venâncio Filho, mesmo ao ser considerado, por Celso Kelly, um “entusiasta das comemorações euclidianas de São José do Rio Pardo” e ainda, o “enamorado desse culto, a criatura feliz de ver que os homens ainda se preocupavam tanto e tão sinceramente com o autor de *Os Sertões*” (KELLY, 1940. *Apud.* VENÂNCIO FILHO, 2009 p. 34), ao escrever artigo com título referente ao artefato, não busca compreender a Barraca como local da construção da glória póstuma de Euclides da Cunha no contexto não apenas de São José do Rio Pardo como de toda nação.

Pode-se entender o artigo como uma espécie de inventário para o processo de tombamento do bem imóvel. O bem é inscrito no Livro de Tombo Histórico em 30 de agosto de 1939. Naquele momento, os processos de tombamento possuíam o caráter de despacho direto, sem possuir estudos significativos que justificassem as escolhas tomadas. No entanto, o “inventário”, como vimos, não foi referente às características da Barraca, mas sim aos eventos históricos que ali ocorreram. Há,

de qualquer forma, uma autonomização do bem. Ele é visto pelo que nele aconteceu, não pela relação intersubjetiva que com ele estabeleceram grupos mais diretamente ligados à obra de Euclides da Cunha, nem intelectuais que viram - na construção e sua imbricada relação com a obra *Os Sertões* - representação de certa identidade nacional.

Os processos de tombamento da “Geografia Bibliográfica” de Euclides da Cunha e a gestão da Barraca

Um outro processo de tombamento do Sphan, durante seus trinta primeiros anos, relacionada à “geografia bibliográfica” de Euclides da Cunha ajuda a elucidar a importância das questões de memória social e valor afetivo no processo de patrimonialização da Barraca: o processo de nº 524 – T – 55, referente à Casa Natal de Euclides da Cunha em Cantagalo – RJ.

Diferentemente do que acontecera em São José do Rio Pardo, a preservação da casa natal de Euclides da Cunha parece ter motivação circunscrita à ligação com a vida dele, sem interferências no tempo motivadas por desejos de conservação. Em 13 de outubro de 1942, uma pequena notícia foi veiculada no Diário da Manhã de Niterói do Jornal Lux (Imagem 6), que afirmava:

conservar essa casa histórica, certo será uma tarefa que o governo do Estado do Rio de Janeiro, que tanto vem zelando pelo patrimônio cultural e histórico da terra fluminense, levará a efeito para que aquele teto tosco singelo, que acolheu a criança que viria a ser o gigante (...) que ficaram para sempre brilhando gloriosamente na história da nossa literatura não venha a desmoronar-se tragada pela voragem do tempo que tudo destrói e consome (DIÁRIO DA MANHÃ 1942. *In*: DPHAN, 1955, s/p).

O assunto é retomado em 1949 quando o governador do Estado do Rio de Janeiro, Macedo Soares e Silva, se dirige ao prefeito de Cantagalo, Manoel Marcelino de Paula, pedindo informações sobre a casa e a sua posse, uma vez que era interesse do governo fluminense transformar o bem imóvel em museu. Isso fez com que a casa mais uma vez figurasse nos jornais locais que a categorizavam sempre como simples e modesta: “está bem conservada e a sua aparência é, como de outras tantas, em propriedades agrícolas, de uma casa de colonos” (DPHAN, 1955, s/p).



Fonte: Processo de Tombamento Nº 524 - T - 55.

FIGURA 6

Recorte de jornal apresentando a casa natal de Euclides da Cunha

Em seis de setembro de 1949 Rodrigo M. F. de Andrade, então diretor do Sphan, escreve telegrama para o governador do Rio de Janeiro parabenizando pela ação de preservar a casa natal de Euclides da Cunha. Dois dias após, Hélio Cruz Oliveira, secretário do Estado do Rio de Janeiro, atesta recebimento e agradece ao telegrama. O processo de tombamento deve ter sido pausado, pois em 24 de maio de 1955, Rodrigo M. F. de Andrade escreve para o Prefeito da cidade de Cantagalo. Na ocasião, questiona se havia ato do governo estadual ou municipal declarando proteção oficial ao referido imóvel. Pergunta, ainda, qual era o proprietário e qual o estado de conservação atual da edificação. Sem receber resposta do Prefeito da cidade, Rodrigo M. F. de Andrade reitera o pedido em 27 de fevereiro de 1956.

O então Prefeito de Cantagalo, Henrique Luiz Frauches, responde em 23 de abril de 1956 que não havia medida de proteção para o imóvel em âmbito municipal, e que não tinha conhecimento de idêntica medida no âmbito estadual. Afirma que a propriedade era de posse do Senhor Sebastião Henrique Lutterbach e que a casa em foco se encontrava em estado de ruínas. O assunto foi então analisado pelo Chefe da Seção de História, Carlos Drummond de Andrade, que se pronunciou a favor do tombamento. Consultado o Chefe da Seção de Arte, arquiteto

Edgard Jacintho, quanto à possibilidade de executar vistoria ao local, este propôs uma nova consulta ao Prefeito de Cantagalo quando à praticabilidade da estrada para automóvel.

Rodrigo M. F. de Andrade volta a entrar em contato com o Prefeito em 30 de maio de 1956, questionando se haveria uma maneira de chegar à fazenda viajando de automóvel e mais uma vez pede informação sobre o estado de conservação do bem imóvel. Não se tem conhecimento de qualquer resposta por parte do Prefeito Frauches, ignorando-se igualmente as razões que levaram à paralização do processo, em cuja capa aparece a seguinte anotação: “aguardar.I.VI.56”.

O processo só vem a ser retomado em 1999 quando o Departamento de Proteção (DEPROT) do Iphan - a partir da Ação A20004NA - procura concluir 46 processos do órgão que estavam sobrestados. O levantamento para a conclusão do processo referente a casa natal de Euclides da Cunha, entre outros, ficou na responsabilidade da arquiteta Maria da Graça Soto Queiroz, que pode constatar que as ruínas da casa natal de Euclides da Cunha estavam em estado muito avançado (Imagem 7). A arquiteta compara a localidade a partir de fotografia achada no Museu Euclides da Cunha em Cantagalo (Imagem 8) e conclui que “o objeto deste processo de tombamento: a casa natal de Euclides da Cunha, não mais existe”. Assim, o processo de tombamento é arquivado.



Fonte: Foto de Maria da Graça Soto Queiroz. In: Processo de Tombamento Nº 524 – T – 55.

FIGURA 7

Remanescentes do embasamento da casa de colono na Fazenda da Saudade



Fonte: Museu Euclides da Cunha. *In*: Processo de Tombamento Nº 524 - T - 55.

FIGURA 8

Casa natal de Euclides da Cunha

O processo de tombamento da Casa Natal de Euclides da Cunha traz indícios de ser a relação das pessoas com o bem mais circunscritas ao órgão, poder executivo local e proprietário. Os valores da Barraca para a sociedade parecem mais alargados, mobilizando romarias e ações de preservação da memória do escritor.

O tombamento da Barraca de Euclides da Cunha foi um dos poucos processos inscritos pelo Sphan exclusivamente no Livro Histórico, nos seus primeiros anos. Como nos indica Maria Cecília Londres da Fonseca, até os anos 1950 optou-se pelas inscrições “no Livro de Belas Artes – LBA (340), seguidas pelas duplas inscrições no Livro Histórico e no de Belas Artes – LH/LBA (217)” (FONSECA, 2005, p. 119). As inscrições apenas no Livro Histórico seriam referentes a “casas natais, algumas fortalezas e ruínas” (FONSECA, 2005, p. 119). Segundo a autora:

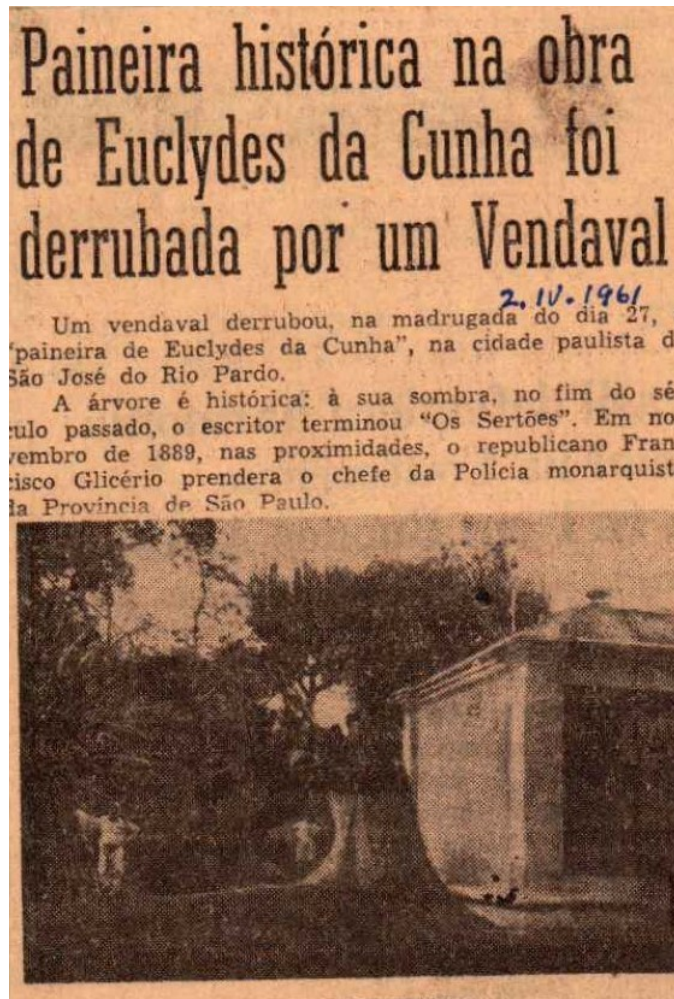
Embora não fosse admitido explicitamente, na prática o Livro Histórico, e também, em certa medida, o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico terminaram por servir para abrigar aqueles bens que, por falta de maior interesse estético, ou por se acharem adulterados ou parcialmente destruídos, não tinham condições de atender às exigências para inscrição no Livro de Belas Artes (FONSECA, 2005, p. 119).

Marcus Ribeiro interpreta, em estudo sobre as “casas históricas”, que “a inscrição feita no Livro de Tombo Histórico se devia mais ao fato de o bem não apresentar um valor artístico excepcional do que demonstrar valor em si” (RIBEIRO, 2012, p. 231). Ainda de acordo com o autor, “vários bens culturais de personagens importantes da história do Brasil (...), se perderam, já que segundo os critérios usados na época, o interesse artístico dessas casas era menor” (RIBEIRO, 2012, p. 231). Ribeiro mostra, ainda, que técnicos como Lúcio Costa eram contrários ao tombamento de bens imóveis ligados a personalidades históricas. Costa, ao negar tais tipos de processo, explicaria que “a preservação desses lugares quase sempre resulta meio falsa e melancólica. E ainda, porque as personalidades são tantas que se teria de criar seção especial na Dphan para tal fim” (COSTA, Lucio. *Apud*. RIBEIRO, 2012, p. 233). Ribeiro discorre que, apesar de terem sido tombados bens imóveis ligados a grandes personagens nacionais, “nunca houve um interesse maior em se acautelarem esse tipo de edificação” (RIBEIRO, 2012, p. 233), o que demonstraria, segundo ele, um certo interesse do IPHAN por uma história não factual já nos seus primeiros anos de atuação.

Por ter sido despacho direto do então diretor Rodrigo M. F. de Andrade, não é possível uma investigação dos valores identificados por ele para autorizar o tombamento federal. Interessante parece ser verificar como esse bem tombado teve ou não suas transformações controladas.

Apesar de ter se constituído como um despacho direto, ou seja, sem possuir estudos acerca da obra no documento do processo de tombamento, há a introdução posterior, no arquivo do processo, de algumas notícias de eventos que aconteceram no local onde se encontra a Barraca quando do bem já tombado. Em 1961, conforme notificado no processo, a árvore histórica conhecida como “Paineira de Euclides da Cunha” havia sido derrubada por um vendaval (Imagem 9).

Como visto anteriormente, a paineira identificada como histórica no recorte do jornal não era, na verdade, a mesma do período de Euclides da Cunha, se constituindo como uma adição. Tal fato também não consta no arquivo do processo de tombamento. No arquivo há apenas a introdução de tal notícia, sem se discorrer o que teria sido feito no momento, ou, ainda, se o vendaval havia causado alguma avaria à Barraca. Enquanto a derrubada da árvore é noticiada pelo órgão, pouco se discute acerca da conservação da Barraca.



Fonte: Processo de Tombamento N° 189 – T – 38, presente no Arquivo Central do Iphan.

FIGURA 9

Recorte de jornal acerca da derrubada da árvore no entorno da obra por um vendaval

No arquivo do processo n° 189 – T – 39 é ainda destacado o tombamento em 5 de dezembro de 1973 da Casa Euclidiana – sobrado em que Euclides da Cunha vivera com a família durante sua estadia na cidade de São José do Rio Pardo – pelo CONDEPHAAT. O órgão estadual tomba também, por meio do processo Ex-officio⁶ 00363/73, a Barraca de Euclides da Cunha no Livro Histórico.

Em 2015 se inicia por meio da Secretaria Federal de Controle Interno, ligada ao Ministério da Cultura, as ações do “Programa 2027 – Cultura: Preservação, promoção e acesso / 20 ZH – Preservação de bens e acervos culturais no município de São José do Rio Pardo/SP” que buscava fiscalizar o estado “de conservação dos

bens tombados e da ação do IPHAN para que isso seja realizado, inclusive sobre as fiscalizações efetuadas pela entidade” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2018, s/p).

Durante o processo, a Superintendência do Iphan do Estado de São Paulo se manifesta por meio do Ofício nº 0106/2015 GAB-IPHAN a responder alguns pontos levantadas pelo relatório de fiscalização, como a questão das normativas do tombamento do entorno e do acervo da Barraca, que, de acordo com resposta do Iphan, ainda não estariam elaboradas. Ainda segundo o Ofício, “em 2012, técnicos da área de bens móveis do IPHAN-SP foram ao local com o intuito de arrolarem os objetos existentes na barraca para serem inventariados futuramente pelo IPHAN” (IPHAN, 2015, s/p).

O ponto II, levantado pela Secretaria de Controle Interno, diz respeito a “se o referido bem já sofreu alguma ação de reparação, restauro ou equivalente, por meio de convênio, contrato, (...) com estado, município ou entidade pública ou privada, ou ainda por financiamento público concedido ao proprietário ou as suas próprias expensas” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2018, s/p). O Iphan-SP responde:

Não há registros, no arquivo do IPHAN-SP, de qualquer comunicado ou solicitação de autorização para obra, restauro, limpeza, alterações estruturais, ou qualquer outra intervenção conforme determina a legislação vigente (Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937). O ofício nº 465/81, datado de 10/11/1981, enviado pelo diretor da 9ª Diretoria Regional (atual Superintendência de São Paulo) à área Central do IPHAN relata ter havido uma enchente na cidade de São José do Rio Pardo, no final da década de 1970, danificando bastante a barraca. Esta passou por obras de conservação pelo CONDEPHAAT (IPHAN, 2015, s/p).

Apesar do Iphan-SP destacar as obras de conservação do CONDEPHAAT para a Barraca, mostra desconhecer qualquer alteração física na obra. Por meio da leitura do Processo de Tombamento 000363/73 do CONDEPHAAT, podemos identificar que a Barraca que originalmente era de sarrafo e teto de zinco, passa a ser revestida por placas de cimento amianto, e o piso, antes de terra batida, agora é um patamar de concreto (CONDEPHAAT, s/d).

A Barraca foi fiscalizada pelo Iphan-SP em quatro momentos 30/12/1958; 07/04/1977; 13/10/2011 e 19/10/2012 (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2018, s/p), mas não se encontrou documentação relativa a essas visitas, nem registro das mudanças apontadas anteriormente. Seria essa aparente indiferença para com as mudanças um indício de que a valoração da Barraca por via histórica permitiu que sua materialidade fosse modificada?

Pode-se perceber, até aqui, que a inscrição da Barraca de Euclides da Cunha unicamente no Livro de Tombo Histórico pelo Iphan não garantiu a conservação de sua materialidade seja por questões contingenciais de dificuldades de gestão de um

grande acervo de bens protegidos no país, seja por um possível entendimento de maior flexibilidade de transformações em bens protegidos pelo valor histórico e não artístico. Estudos de outros casos seriam necessários para responder à questão.

Considerações finais

É importante destacar que o Iphan, na atualidade, tem buscado também enfrentar esses e outros questionamentos para a inscrição de bens arquitetônicos unicamente no Livro de Tombo Histórico. A própria Revista do Patrimônio cedeu espaço para textos críticos que refletem sobre a trajetória preservacionista do órgão. Sérgio Miceli, no nº 22 da Revista, reflete que o Sphan teria assumido “a feição de uma agência empenhada em salvar do abandono os exemplares arquitetônicos considerados significativos para uma história das formas e estilos da classe dirigente brasileira” (MICELI, 1987, p. 45).

Em processos recentes como o de Nº 1549 – T – 07, referente à Casa de Chico Mendes e seu acervo em Xapuri – AC, em que o bem imóvel é inscrito no Livro de Tombo Histórico em 17/10/2010, embora o inventário produzido pelo arquiteto José Aguilera tenha o maior enfoque nas questões dos fatos históricos ligados ao bem, há, também, uma descrição das características arquitetônicas da Casa de Chico Mendes.⁷ O Iphan-AC realiza, ainda, por meio do Processo nº01423.000103/2011-22 os estudos de normatização para o entorno da Casa de Chico Mendes, buscando não apenas que a materialidade do bem seja conservada, como também todo o seu entorno imediato (IPHAN, 2007).

Somado a essas questões, a fala do Conselheiro Ulpiano Meseses, durante a 56ª reunião do Conselho Consultivo do Iphan em 15 de maio de 2008, que foi transformada também em artigo para a Revista do Patrimônio, ajuda a perceber o raciocínio desse professor na construção do entendimento de bens nos termos da Constituição de 1988, os identificando como portadores de referência para a memória, a identidade e ação dos grupos formadores da sociedade brasileira. De acordo com Meneses “uma casa e seu lugar podem apresentar potencial para tal mediação sensorial de ideias, significados, valores, ideologias, expectativas, representações” (MENESES, 2018, p. 208). Os bens aparecem para Meneses, então, como importantes “mediadores” da memória, identidade e ação (MENESES, 2018, p. 206).

A partir do exposto, vemos como a postura de alguns conselheiros do Iphan em relatorias para processos de tombamento com inscrição no Livro de Tombo Histórico atualmente diverge dos despachos diretos do Sphan do fim da década de 1930 e encontram respaldo, ao serem aprovados pelo Conselho, amparados pela leitura atenta da Constituição de 1988.

Mesmo que parte das problemáticas aqui discutidas tenham sido superadas, é ainda fundamental conhecer as inflexões da trajetória de tal tipo de compreensão nas políticas de preservação federal e entender como essas inflexões refletem ainda na atualidade nos bens arquitetônicos validados apenas pela via histórica.

A Barraca, no presente, vista a partir de novos paradigmas disciplinares, pode ser ressignificada. Mason (2002) é um dos que de forma precisa pontuam os valores como construídos e situacionais, não inerentes, defendendo uma teoria da conservação centrada nos valores, ao ler a materialidade sobretudo como suporte importante de memória coletiva.

Olhar hoje para a Barraca de Euclides da Cunha parece permitir a enxergar como documento da relação das pessoas com esse personagem ilustre e com o evento da escrita do livro. Com a adição da redoma que sacraliza, fetichiza o objeto primeiro, o artefato em tela pode ser hoje lido como importante documento desse desejo de cultuar uma personalidade e sua obra. Sentidos diversos se sobrepõe: local de escrita da obra prima, local essencial para a construção da glória póstuma de Euclides da Cunha no contexto não apenas de São José do Rio Pardo, como articulada a uma narrativa de constituição da ideia de nação; local de práticas sociais ligadas ao culto do personagem. As transformações materiais no objeto original, mesmo depois de protegido, mas de certa forma ocultados pela redoma, assim como a nova paineira, que permite manter uma ambiência aproximada da ambiência original, e, por fim, a herma de bronze, também parecem ser indícios desse desejo de celebração. Nesse sentido, a barraca amplia seus significados por contar a história da prática do culto a Euclides da Cunha e se soma a outros: a redoma, a herma, a paineira, que hoje podem ser vistos como tão importantes quanto a barraca para se construir um olhar crítico para a história.

NOTAS

- . Conferir por exemplo os artigos de Lúcio Costa e Paulo T. Barreto, presentes na Revista do Sphan, que buscam descrever bens arquitetônicos a partir da via estética. Cf COSTA, Lúcio. Documentação Necessária. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 1, p. 31-39, 1937; BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 2, p. 187-224, 1938.
2. É interessante notar, ainda, que tal trecho foi reproduzido em uma placa de concreto e instalado no Mausoléu construído em 1982, próximo à Barraca, ano em que os restos mortais de Euclides da Cunha são transladados da cidade do Rio de Janeiro para tal obra.
3. Como aponta Ulpiano Bezerra de Meneses (2018, p. 203), “a memória social (...) não é simples rememoração coletiva de fatos passados, mas uma seleção das representações de fatos passados, compartilhados de maneira a estabelecer vínculos afetivos de pertencimento, solidariedade e inteligibilidade.”
4. A esse respeito ver Miceli (1987).
5. Cármen Maschietto nos mostra, ainda, outros autores que teceram comentários sobre os eventos: Menotti Del Picchia, Carlos de Alberto Rangel, Rubem Braga, Francisco Patti, Afrânio Peixoto e Roquette Pinto (MASCHIETTO, 2002, p. 47-51).
6. O tombamento deverá recair de ofício sobre bens já tombados pelos poderes públicos federal e estadual. (Lei nº 10.032/85 alterada pela Lei nº 10.236/86). TOMBAMENTO EX-OFFICIO. In: *Glossário de termos: resoluções do Conpresp* (online). Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/index.php?p=3815#tombamento>. Acesso em: 22 abr. 2020.
7. Pode-se ler no parecer de José Aguilera: “O sistema construtivo é bastante simples. (...) O telhado, de telha francesa, tem uma inclinação ligeiramente superior aos 45°. Tesouras de madeira bastante leves (10 x 10 cm de seção ou às vezes menos) estão colocadas na altura das divisórias dos cômodos, os caibros se projetam um pouco permitindo a formação de um pequeno beiral. Nas fachadas, frontal e de fundos, duas tábuas colocadas à guisa de tabeira lhes dão acabamento” Informação contida no processo de tombamento nº 1549 – T – 07, referente à Casa de Chico Mendes e seu acervo em Xapuri – AC. Volume 1.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco; FUNARTE, 1998.
- ANDRADE, Mário de. A capela de Santo Antônio. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 1, p. 119-126, 1937.
- BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 2, p. 187-224, 1938.
- BRASIL. *Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Distrito Federal, 1937.
- CARTA de Euclides da Cunha para Francisco Escobar, 8 de abril de 1908. In: CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1966. v. 1.

CHOAY, Françoise. *As questões do patrimônio: antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70, 2011.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CONDEPHAAT – UPPH. Cabana onde Euclides da Cunha escreveu “Os sertões”. Disponível em: <http://201.55.6.39/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&Id=e46935d6c20bc010VgnVCM2000000301a8c0>. Acesso em: 2 jan. 2021.

COSTA, Francisco. A legião de Euclides da Cunha. *Revista USP*, n. 54, p. 52-65, 2002.

COSTA, Lúcio. Documentação necessária. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 1, p. 31-39, 1937.

DPHAN. Processo de tombamento nº 524 – T – 55, referente à Casa Natal de Euclides da Cunha em Cantagalo – RJ.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

GRÊMIO EUCLYDES DA CUNHA. Meca do Euclidianismo. p. 4. *Revista do Grêmio Euclides da Cunha*. Typ: Aurora: Rio de Janeiro, 1928.

IPHAN. Ofício nº 0106/2015 GAB-IPHAN.

IPHAN. Processo de tombamento nº 1549 – T – 07, referente à Casa de Chico Mendes e seu acervo em Xapuri – AC. Volume 1.

IPHAN. Processo de tombamento nº 1549 – T – 07, referente à Casa de Chico Mendes e seu acervo em Xapuri – AC. Anexo 2, Tomo 4.

LE-GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEVY, Hanna. Valor artístico e valor histórico: importante problema da História da Arte. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 4, p. 181-192, 1940.

MASCHIETTO, Cármen Cecília Trovato. *A tradição euclidiana: uma ponte entre história e memória*. São Paulo: Arte & Ciência; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2002.

MASON, Randall. *Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices*, in: *Assessing the values of cultural heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.

MENESES, Ulpiano Toledo de Bezerra. O patrimônio cultural e a guinada da Constituição de 1988: a casa de Chico Mendes. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 37, p. 199-209, 2018.

MICELI, Sérgio. SPHAN: Refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p.44-47, 1987.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Relatório de Fiscalização nº 201413110 - Iphan/SP - Preservação de Bens e Acervos Culturais da Secretaria Federal de Controle Interno, 2018.

RIBEIRO, Marcus. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p.223-248, 2012.

SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio: editor, autores e temas*. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas.

SPHAN. Processo de tombamento nº 189 – T – 39, referente à Barraca onde Euclides da Cunha escreveu “Os Sertões” em São José do Rio Pardo – SP.

TOMBAMENTO EX-OFFICIO. In: *Glossário de termos: resoluções do Conpresp*. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/index.php?p=3815#tombamento>. Acesso em: 22 abr. 2020.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Uma amizade póstuma – Euclides da Cunha e Francisco Venâncio Filho. *Revista Brasileira*, n. 59, fase VII, ano XV, p. 33-68, 2009.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. A barraquinha de Euclides da Cunha. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 2, p. 241-254, 1938.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. Mecca de Euclidianismo. *Revista do Grêmio Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Typ. Aurora, 1918, p. 37-38.

Hugo Stefano Monteiro Dantas é Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Renata Campello Cabral é Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre e Doutora em Arquitetura pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPE.

Como citar:

DANTAS, Hugo Stefano Monteiro; CABRAL, Renata Campello. Os valores atribuídos à Barraca de Euclides da Cunha pelo Sphan e possibilidades de ressignificação. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 17, n. 2, p. 216-237, jul./dez. 2021. Disponível em: pem.assis.unesp.br.